

Trabalho docente:

uma política de cuidado e saúde tecida a muitas mãos

Jomar da Rocha Farias Zahn - Universidade Federal do Espírito Santo - BRA

Denise Carla Goldner Coelho - Universidade Federal do Espírito Santo - BRA

Maria Elizabeth Barros de Barros - Universidade Federal do Espírito Santo - BRA

Resumo

Este artigo é produto de pesquisas no campo da educação, que teve início em meados da década de 80, sendo caracterizado pela trajetória de um grupo de pesquisadores/as de uma Universidade Pública do Sudeste Brasileiro. Ele apresenta uma experiência efetivada no período em que houve um aumento surpreendente do índice de adoecimento entre docentes da rede pública de ensino do município de Vitória, capital do Estado do ES. A pesquisa intervenção visou a constituição de coletivos, entendidos como composições heterogêneas, híbridas e mutantes, com vetores heterogêneos, que se lançam na criação de outras novas formas de ação. O processo se efetivou com a parceria de diversos atores do campo educacional da Grande Vitória/ES, tendo como objetivo a produção de intervenções nas práticas atualizadas nesse campo, com destaque para os processos de produção de subjetividade em curso. Com o foco no modo como o trabalho se efetiva no cotidiano das redes de ensino dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, afirma-se a importância do dialogismo entre grupos de pesquisa nas Universidades e trabalhadores/as no âmbito educação básica dessa região. Por fim, destaca-se como resultado a constituição de Comissões em Saúde do Trabalhador/a em Educação (Cosates) em um dos municípios dessa região, que objetiva ser um observatório do trabalho docente nas escolas, visando à produção de saúde nesses ambientes laborais.

Palavras-chave: trabalho; saúde; educação.

1 Introdução

No final do século passado, em meados da década de 80, surge em Vitória/ES um grupo de pesquisadores/as preocupados/as com o agravamento da saúde docente da rede municipal de

ensino dessa cidade. Observou-se um número cada vez maior de solicitações de afastamento do trabalho de docentes visando tratamentos de saúde. Os/as pesquisadores/as entenderam que esse aumento era um indicador importante do modo como o trabalho estava sendo desenvolvido nas escolas, ou seja, o modo como estava sendo efetivada a organização do trabalho nesses estabelecimentos. A hipótese era de que havia uma relação muito estreita entre modos de gestão autoritária, no âmbito da Secretaria de Educação da cidade, e o adoecimento do conjunto de docentes. Visando colocar essa situação em análise, foram constituídos coletivos com diversos atores do campo da educação para intervenções no modo como o trabalho se organizava nessa engrenagem e os efeitos de produção de subjetividades em curso. Os coletivos aqui são entendidos como composições heterogêneas, híbridas e mutantes, com vetores também heterogêneos, que em um espaço-tempo comum e partilhado, se lançam na criação de novas formas de ação.

O direcionamento ético-metodológico da pesquisa se afirma na importância da sustentação de um dialogismo entre grupos de pesquisa nas Universidades e trabalhadores/as da educação básica. Assim, teve nascimento o Programa de Formação e Investigação e Saúde em Trabalho (PFIST). Seu foco, ao longo de 25 anos de história, é o modo como o trabalho se efetiva no cotidiano das diferentes esferas da educação pública na Grande Vitória/ES. Vários projetos do PFIST perspectivam o engendramento de outros modos de produzir escola, docência, trabalho e pesquisa.

Por meio da articulação de vários setores vinculados à educação na região metropolitana - sindicatos, centros de referência em saúde, ministério público, medicina do trabalho das secretarias de educação, universidade federal, trabalhadores/as da educação, entre outros - foram constituídas as Comissões em Saúde do Trabalhador em Educação (Cosates). A implantação das Cosates - inspirada nas Comunidades Científicas Ampliadas, herança do Movimento Operário Italiano ocorrido na década de 70 (Oddone; Marri; Gloria1986) - oportuniza aos trabalhadores criarem meios para analisar e propor mudanças em seu ambiente de trabalho. Forja, assim, espaços para análise coletiva das atividades docentes, intervindo nas condições que produzem adoecimento para além das medidas médicas e de avaliação individualizantes postas até então.

As Cosates foram instituídas formalmente em uma das administrações municipais da Região metropolitana de Vitória. A partir desse plano de trabalho mais amplo, várias outras

pesquisas se desenvolveram, sendo muitas divulgadas em congressos, simpósios, conferências e publicações. Entre elas, destacam-se os livros: Saúde e trabalho em educação: desafios do pesquisar (Silva; César; Barros, 2016); Caderno de formação: saúde no trabalho em educação (Bonaldi; Cruz; Correia Junior, 2018), Tessituras do pesquisar-intervir com comissões de saúde no trabalho em educação (Cruz, Brito, Freitas, Rocon; Cahambela, 2020) e Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas - 25 anos (Coelho; Zahn; Flores, 2023).

Esses trabalhos são constituídos na análise da aventura humana em situação de trabalho, voltando-se ao trabalho real efetivado no cotidiano das redes educacionais na Grande Vitória/ES fazendo a indagação: Como trabalham os/as educadores/as dessas redes? Como fazem a gestão cotidiana das adversidades inerentes ao existir? Como agem para evitar o adoecimento produzido pelas práticas autoritárias de trabalhar e dar prioridade às ações que produzem saúde, ou seja, que afirmem essa dimensão diversificada e de multiplicidade dos viventes?

Essas têm sido as questões norteadoras desta pesquisa: dar visibilidade e potencializar os espaços de diálogos nas unidades de ensino, ampliando movimentos que forjem a construção de saberes e ações educativas que fortaleçam redes públicas de ensino. Dessa forma, constrói-se coletivos que problematizem o modo como os processos de trabalho docente se efetivam e produzem saúde e adoecimento do trabalhador/a.

2 Referencial teórico

Utilizamos a palavra trabalho com bastante frequência no nosso dia a dia, seja para designar uma tarefa que nos custou a resolver ("Isso deu muito trabalho!"); um emprego ("Estou desempregado, mas estou procurando trabalho... só não consegui ainda!"); um desespero ("Ai, meu deus! Acabou o final de semana!!!"); um expediente ("Já terminei o trabalho, hoje..."); um lugar ("esqueci o celular no trabalho!"); um exercício ou estudo específico ("o professor de história passou dois trabalhos"), entre outros significados.

Nas pesquisas do PFIST, quando operamos com o conceito trabalho, tomamos a direção de autores que o consideram a partir da atividade humana: ter condições de criar estratégias de

vida frente aos impasses, ao inusitado do viver, uma vez que nossas ações não seguem apenas prescrições rígidas. A atividade, nesse sentido, é viva, imprevisível e criadora. Isso tem o sentido de afirmar que não identificamos ou reduzimos trabalho ao emprego, nem ao assalariamento, o que não significa desconsiderar essas dimensões.

Trabalho também é criação, invenção, gestão do imprevisto, anúncio de conquistas, patrimônios, técnicas, lutas sociais e políticas. O trabalhador é aquele que conhece sua atividade e escolhe, toma diferentes decisões frente aos fazeres que se colocam no tempo-espaço de sua ação. É uma atividade humana, uma construção histórica, que, mesmo tensionada, precarizada, engessada e intensificada no modelo neoliberal, carrega a transformação de si e de mundos, faz gestão da experiência e cria outros modos de viver.

O que verdadeiramente nos importa é a dimensão viva do agir humano que está, incessantemente, criando normas para viver em um processo de renormatização, buscando enfrentar as tentativas de aprisionamento da obra dos humanos em situação de trabalho. Consideramos que, mesmo nas situações mais restritivas, os humanos sempre criam normas para viver de forma digna, o que tem o sentido de afirmar a autonomia dos viventes, sua força de inventar mundos, sua potência de agir.

Esse processo de ação-criação, de construção de estratégias, de novas normas para se viver, é o que nomeamos saúde. Saúde é a capacidade dos viventes de criarem mundos, de instituírem condições de se viver e, portanto, o trabalho não pode ser considerado apenas como produtor de alienação e adoecimento. Esse modo de formulação conceitual parte do pressuposto de que o trabalho é um operador de saúde, uma possibilidade de enfrentar as variações das normas, superar crises e sofrimento que adoecem, criando novas ordens no viver.

No PFIST afirmamos uma perspectiva de saúde que não a reduz ao plano orgânico, de compreensão de saúde por ausência de doença, o que nos remeteria a uma ideia de manutenção de equilíbrio fisiológico, como foi acreditado durante séculos, e ainda hoje, por algumas disciplinas em ciências da saúde. Mas sim, em outra direção, tal qual proposto por Canguilhem (1990): saúde como competência normativa inerente à vida, como a capacidade de instituir novas normas em situações novas, o que extrapola medidas previamente definidas do que seja saudável ou patológico. Essa noção dá visibilidade ao mecanismo dinâmico do viver, que se modifica em meio às adversidades.

Neste sentido, saúde não se restringe ao plano biológico, nem à mera ausência de doenças. Muito mais próxima aos modos de composição do plano da existência, ter saúde implica estar em movimento, enfrentar as adversidades, transformando o meio, produzindo a si mesmo e os mundos, criando normas para a vida.

Aliando-nos a Canguilhem (1990), afirmamos que saúde é um processo contínuo de luta de expansão de vida, com possibilidades de se cair enfermo e recuperar-se, de tolerar o desvio às normas instituídas, de adaptar-se e/ou construir outras normas, de arriscar, colocando desafios aos modos instituídos de existir. Esse conceito de saúde envolve a produção coletiva articulada aos processos de autonomia dos trabalhadores/as, de como se organizam, de como superam as adversidades, de como produzem a si e a mundos, dessa forma, a saúde é entendida como uma experiência subjetiva, como luta, como criação.

Compreendemos que o ser humano é normativo, contudo, essas normas não são eternas, elas se transformam a cada instante na relação com o outro. No momento em que o sofrimento nos paralisa, adoecemos: o trabalho, a escola, a saúde, quando pensados de forma separada da experiência, como condições a-espaciais, atemporais e apolíticas, acabam por reduzir nossa força de agir para mudar o que adocece, paralisando-nos. Neste sentido, ao dar visibilidade e potencializar espaços de diálogos nas unidades de ensino, queremos acionar movimentos de construção dos coletivos que põem os processos de trabalho em análise, visando sua transformação, de maneira a fazer circular a palavra, criar e dar visibilidade aos tensionamentos e conflitos das relações no socius.

3 Os caminhos da pesquisa

Entendendo a vida como multiplicidade e as práticas como uma dimensão processual, o pesquisar se constitui como lutas políticas inventivo-interventivas - que não são neutras, nem separa objeto pesquisado de pesquisador, nem a pesquisa da intervenção. Ele parte do entendimento que sua ação não apenas transforma o campo pesquisado, mas também o constitui, em um processo de coengendramento pesquisador-campo. Podemos considerar este estudo que

se trata de uma pesquisa-dialogismo, que investiga a produção de saúde no âmbito do trabalho em educação, considerando que macro e micropolítica não se separam.

A dimensão micropolítica dos processos em estudo são considerados como parte integrante na construção, não se referindo ao pequeno ou insignificante. Segundo Guattari e Rolnik (2007), esta dimensão, mesmo que invisível ou não localizável, transforma a realidade por seus campos de intensidades, de forças e de lutas presentes. Neste sentido, incluir e destacar a dimensão micropolítica na experiência de pesquisa é considerar que as interferências são movimentos de diferenciação e condição para o conhecimento, uma concepção muito além do que a necessidade de as justificar ou superá-las.

Na composição do campo analítico, a pesquisa se dá como estratégia de luta, criando espaços disparadores de processualidade, disruptivos, catalizadores de um ethos de enfrentamento. Para tanto, pesquisadores/as apostam em um processo formativo em educação, lançando mão de "cursos". Essa estratégia inicial oportunizou uma experiência de formação no e pelo trabalho, que não tinha apenas como finalidade a transmissão de conteúdo, mas, principalmente, a criação de convivência e responsabilidade comum, bem como abertura à criação de outros modos de trabalhar em um processo formativo ampliado.

Uma formação pensada na direção inventiva, em que, a priori, nada está garantido. Um exercício de formação que articula saber, fazer, e trabalho docente para além do trabalho que serve o Capital, possibilitando saberes que possam interferir nas relações sociais que nos constroem.

Como o corpo-professor/a vai se forjando junto aos seus alunos, seus pares e o espaço-escola em meio a tudo isso? Como se dão os processos de formação para análise do trabalho na educação básica em todas as suas dimensões: desigualdades promovidas ou reproduzidas pelo sistema educacional e, no caso da rede pública, evasão escolar, absenteísmo dos docentes, qualidade do ensino e condições do trabalho docente, democracia no acesso, currículo, práticas e métodos de ensino-aprendizagem, dentre outras?

Essa formação perspectiva uma postura problematizadora, exercício de pensamento, levando à variação e diferenciação de um estado de coisas, um processo de arquitetar-se continuamente, questionando o que está dado. Assim contemplam-se as condições de sua

constituição, levando à produção de outros movimentos, outras ações, outros sujeitos, outros mundos.

4 Interferências

A rede municipal de ensino é formada, prioritariamente, para atender formação em Educação Infantil e Ensino Fundamental. No município em que foi desenvolvido o projeto, a maior parte dos docentes dependem cerca de 80% de sua carga horária remunerada como regentes de classe, ficando apenas 20% para planejamento, correção de atividades, formação e atividades administrativas, como preenchimento de pautas e documentos exigidos pela Secretaria de Educação. Sendo assim, como contar com a participação dos/as docentes nos cursos que constituíam o processo formativo, uma vez que estão com seu tempo estrangulado pelo excesso de tarefas?

Estes tensionamentos envolveram discussões com secretaria de educação e demais setores da administração municipal, considerando que o que estava em jogo era muito mais do que a liberação de carga horária para participação dos encontros de formação: estava em debate o reconhecimento de que o trabalho de professores/as ultrapassa a sala de aula. A participação dos/as educadores/as foi oportunizada pela reorganização de carga horária deles/as: a secretaria de educação se responsabilizou pelo envio de professores/as com extensão de carga horária para assumirem, por quatro horas semanais, as turmas nos dias de participação dos docentes nos encontros formativos propostos no projeto de pesquisa do PFIST. A proposta era a formação no e pelo trabalho, a partir do concreto das situações laborais, a partir de uma análise do trabalho.

Considerando que não foi possível abranger toda a rede municipal de ensino, desse projeto piloto participaram duas unidades de ensino: uma de educação infantil e outra de ensino fundamental de primeiro ciclo. Nestes estabelecimentos escolhidos houve uma discussão coletiva para escolha dos participantes do projeto e seus respectivos suplentes. Podemos afirmar que as ações não se constituíram como uma mera execução de atividades de forma protocolar, mas como uma produção dinâmica, oriunda do desejo de realizar um processo formativo situado e atento aos eventos cotidianos das escolas. Nesta direção emerge uma aposta na produção de espaços cogestivos de avaliação do trabalho, tendo como diretriz o compartilhamento, o contágio, a circulação de afetos e de palavras em torno do tema saúde do trabalhador/a da

educação, perspectivando produzir ações de democratização institucional e de promoção da saúde no contexto escolar.

Se o contágio é efeito de uma ação formativa em um movimento desejante, que tem na sua constituição os princípios de uma pesquisa-intervenção, ele implica necessariamente em acentramento; fazer, conhecer e se transformar juntos, simultaneamente, afirmando um plano imanente de ação. Não como se produzíssemos serializações de nós mesmos, mas como afecção, análise, ação conjunta, em comum e dos múltiplos e únicos efeitos nos participantes desse movimento, que não cessa e continua tocando e movendo os sujeitos na direção da construção de um coletivo.

Mas o acentramento não é algo dado, não bastam as suas intenções, ele é um exercício diário, um manejo/gestão dos imprevistos. É por meio do dialogismo, da análise constante e nos embates, nos impasses e impedimentos que esse exercício ganha visibilidade e se fortalece. Se o governo, no caso, os aparelhos do Estado, está/estão em todo lugar, compondo o que somos e também o que estamos em vias de nos tornar, governamentalizando as vidas, urge reinventar a todo instante formas de lidar com os desafios do cotidiano educacional, de forma que a ação possa ganhar cada vez mais consistência e força de transformação.

Realizados semanalmente, os encontros eram organizados para que os/as trabalhadores/as pudessem trazer para as discussões o trabalho que realizavam. O debate sobre os processos e modos de organização das atividades na escola busca a criação de novos modos de se relacionar no grupo e com os alunos, de forma que possam emergir enunciados que tratam do trabalho, como sendo também algo que produz alegria e potência de agir, além de outras formas de subjetividade e de mundos. A partir desse diálogo, como um exercício coletivo, que também coloca em análise os processos ligados ao trabalho, incluindo seus fatores de adoecimento, que são possíveis alternativas aos desafios que surgem, intervindo e criando um novo contexto para viver, formulando ações de produção de saúde.

Outro aspecto que merece destaque: afirmamos uma experiência que não tem uma anterioridade, não pertence a alguém, mas sim, algo que nos constitui e da qual fazemos funcionar, não por uma expertise, mas por ser algo que nos implica de forma transformadora, na vinculação no campo relacional e que, portanto, implica transmissibilidade.

Esse processo formativo ainda implica na tessitura de alianças em outros ambientes que não os escolares, que possam expandir a ação comunicativa quando mescla os novos e conhecidos em uma luta comum. É quando nossa vontade de transformar o cenário de educação se comunica com outros atores que possuem esse mesmo desejo que são produzidos outras e esse encontro move, produz desmantelamentos e novas formas de compor e produzir redes afetivas de trabalho, gerando ações em comum, movidos por vontade de mudança.

No momento, temos trazido para o diálogo, além das escolas, o Grupo Pad-Vix (Professores Associados pela Democracia em Vitória) e pesquisadores/as de outros centros de pesquisa. Essa tem sido uma experiência imanente, que viabiliza novos modos de expressão, que surgem em colaboração e partilha, tendo como efeito práticas cada vez mais alargadas. O comum não se refere a noções tradicionais de comunidade como conjunto de sujeitos, ele é fundamentado na comunicação transversal que se expressa através de seus diálogos, criando narrativa comum.

Explodir territórios instituídos, e levando a educação e o/a trabalhador/a para discussões acerca de seu trabalho com outros personagens tem sido o percurso da pesquisa.

Dessa maneira, a pesquisa vai criando vias, redes de diálogo para se falar do ofício, sobre as suas dimensões pessoais, interpessoais, impessoais e transpessoais (Clot, 2010). O ofício, para Yves Clot (2010) é ao mesmo tempo pessoal, interpessoal, impessoal e transpessoal. Ele é o movimento resultante do conflito entre essas dimensões. A dimensão impessoal diz das tarefas prescritas pelas organizações. Clot destaca que é na motricidade do diálogo das trocas intrapessoais e interpessoais sobre o trabalho que se mantém vivo o ofício. A dimensão transpessoal, entretanto, é a memória profissional que se configuram ao longo do tempo como meio de agir no presente e dimensionar futuro. Memória que não pertence a ninguém, é um meio disponível para todos e cada um.

Passeando um pouco pela biologia podemos afirmar que o padrão de vida é tecido em redes. Aquecer redes, poder dialogar, é primoroso e essencial para o viver. Esses são os pressupostos ético, estético e políticos com os quais trabalhamos, considerando ética como um *ethos*, um modo de se colocar no mundo, se relacionar com as coisas e produzi-las. Que modos temos colocado em funcionamento para viver e (re)sistir? Já o estético considera uma direção

protagonista na vida, o que faz com que os viventes estejam em um processo de criação permanente. Por fim, o político que são os espaços de controvérsias, diálogos, por onde a democracia pode transitar e se afirmar. As práticas que habitam o nosso trabalho de pesquisadoras educadoras, confrontam com uma realidade de desafios singulares e urgentes.

6 Referências

BARROS, Maria Elizabeth; BARROS, Regina Benevides. Da dor ao prazer no trabalho. In: SANTOS-FILHO, Serafim Barbosa; BARROS, Maria Elizabeth. (Orgs.). Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p.61-72.

BONALDI, Cristina Mara; CRUZ, Cristiane Bremenkamp; CORREIA JUNIOR, José Agostinho. 2018, Caderno de formação: saúde no trabalho em educação. São Paulo: Fundacentro, 2018

BRASIL. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4.ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

CANGUILHEM, George. Normal e Patológico (1990): 6.ed.O normal e o patológico / Georges Canguilhem; tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução do posfácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. - 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CLOT, Yves. Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010

COELHO, Denise Carla Goldner; ZAHN, Jomar da Rocha Farias; FLORES, André Avancini. (Org.). Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividades e Políticas. 25 anos. 1ed.São Carlos: Pedro & João editores, 2023, v. 1, p. 151-172.

CRUZ, Cristiane Bremenkamp; BRITO, Hervacy; FREITAS, Maria Carolina de Andrade; ROCON, Pablo Cardozo; CHAMBELA, Suzana Maria Gotardo. (Org.). Tessituras do pesquisar-intervir com comissões de saúde no trabalho em educação. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2020, v. 1, p. 1-176.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2007.

ODDONE, Ivar; MARRI, Gastone; GLORIA, Sandra;;BRIANTE, Gianni, et al. Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde. In Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986

SILVA, Fábio Herbert; CÉSAR, Janaína Mariano; BARROS, Maria Elizabeth (Org). Saúde e trabalho em educação: desafios do pesquisar. Espírito Santo: EDUFES, 2016